

CONFERÊNCIA

ANCHIETA E AS VELHAS IGREJAS DE SÃO PAULO (*).

Quando no mês de junho de 1553, proveniente do Paraguai, e passando pela Aldeia de Jeribatiba, atingia o aventureiro alemão Ulrico Schmidel a recém-ereta vila de Santo André da Borda do Campo, sua impressão de exausto e temeroso viandante não foi nada favorável. Afigurou-se-lhe o esquálido vilarejo pouco menos que um covil de salteadores... (1).

Deu-se por muito satisfeito de ali não haver encontrado o alcaide João Ramalho, a quem falsamente apontou como um potentado em arcos rebelado contra o Rei de Portugal. Se além dos 800 civilizados da Capitania de São Vicente, poderia mobilizar Sua Alteza uns 2.000 índios, podia o chefe rebelde recrutar, se quisesse, até 50.000 frecheiros indígenas.

Evidente o exagêro de suas informações! Sem dúvida que, onze anos antes, em 1542, recusara o fronteiro do Campo acatar uma determinação da Câmara de São Vicente, que o intimava a mudar-se, com todos os seus agregados, para a sede da Capitania, por medida de defesa da terra (2). Recalcitrante era êle também no cumprimento de seus deveres religiosos... Mas não era um rebelde.

Se assim fôsse, não se explicaria que Tomé de Sousa, em sua carta de 1 de junho de 1553 ao Rei D. João III, referindo a criação da vila, anunciasse:

(*) — Conferência pronunciada no Salão do Instituto de Educação "Caetano de Campos", sob o patrocínio do Conselho Estadual de Cultura, a 19 de março de 1964 (Nota da Redação).

(1). — *Derrotero y viage a España y las indias*, Buenos Aires, Espasa-Calpes, 2a. ed., 1947, 135.

(2). — *Frei Gaspar da Madre de Deus, Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, São Paulo, Weizzflog, 3a. ed., 1920, 217-218.

“E fiz capitão dela a João Ramalho, natural do termo de Coimbra, que Martim Afonso já achou nesta terra quando cá veio” (3).

E contudo, alguma coisa devia ter ferido a imaginação do forasteiro, para que deixasse de ver no humilde povoado português a atalaia avançada da civilização cristã no planalto.

Antes de mais nada, o aspecto material da povoação, nada apto a despertar o entusiasmo, mesmo para quem vivera tantos anos no interior da América do Sul. Trinta ou quarenta casebres de pau-a-pique, cobertos de sapé, eis o que seria esse arraial entrincheirado, solenemente erigido em vila dois meses antes, a 8 de abril, com a presença do Capitão-mor Antônio de Oliveira e do provedor da fazenda real, Brás Cubas. Quatro baluartes, onde se montara artilharia, davam ao conjunto certa feição belicosa.

Tampouco seria recomendável a aparência de seus habitantes, 20 a 30 colonos portugueses, suas espôsas indígenas e seus filhos mamelucos. Não que o produto dessa mestiçagem entre brancos e índios não apresentasse caracteres de máscula beleza, como acentua em uma de suas cartas Leonardo Nunes (4). Mas sim o aspecto da pobreza reinante, o hábito de caminhar descalços, o desleixo no trajar, se é que cabe aqui esta expressão, quando sabemos que muitos deles viviam semi-nus. Herança próxima da vida selvagem dos seus avós!

Faltava-lhes sobretudo o polimento moral da educação cristã, que refina e eleva a alma humana, pela nobreza do contacto santificador com a Divindade. Mas também essa fisiologia espiritual, já então entrara a melhorar. Desde 1550, ano de sua chegada a São Vicente, subira a visitar aos Cristãos do Campo o Padre Leonardo Nunes, o andejo apóstolo de São Vicente, cognominado pelos índios o **Abarébebê**.

Tratara amigavelmente com João Ramalho, tomando inclusive a iniciativa de escrever para o Reino, como novamente irá fazer Manuel da Nóbrega, à cata de notícias sobre Catarina Fernandes, a legítima espôsa, há mais de quarenta anos lá abandonada. Dêle e dos demais colonos, que logrou se reunirem junto à morada de Ramalho, obtivera que ali erguessem nada menos que uma ermida.

(3). — Em *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (HCPB), 3 vols., Pôrto, 1921-1924, III, 364-366.

(4). — Carta de São Vicente, 20 de junho de 1551. *Monumenta Brasiliae* (MB), 4 vols., Roma, 1956-1960, I, 236.

Històricamente esta é a primeira igreja, construída no planalto. Um simples galpão de duas águas, de paredes barreadas, com seu alpendre acolhedor, e certamente um cruzeiro defronte... e ali estava a capela, dedicada a Santo André, uma das devoções que João Ramalho trouxera de Vouzela, sua terra natal. Em tôrno dessa ermida obrigaria Tomé de Sousa que se reagrupassem de nôvo os Cristãos do Campo, criando a nova vila em 1553.

*

Logo no ano seguinte, entretanto, pelo mês de maio de 1551, fôra cenário essa ermida de famoso e lamentável incidente. Celebrava nela missa o Padre Leonardo Nunes, quando entrou para assistir a ela João Ramalho. Obedecendo a uma prescrição canônica que vedava a celebração do santo sacrifício com a presença de excomungado público, mandou pedir-lhe que se retirasse, sob pena de ter que suspender o ato. Retirou-se o Patriarca, e com êle dois de seus filhos, que se achavam presentes.

A sentença de excomunhão lhe fôra imposta bem antes certamente da vinda do Padre Nunes para a Capitania. Era devida ao fato, velho de vinte anos, de não cumprir Ramalho com seu dever pascoal: é o que assevera o Padre Manuel da Nóbrega em sua carta de 15 de junho de 1553 (5). O motivo era sua união irregular com a índia Isabel, mãe de seus numerosos filhos. Autor da sentença provavelmente o primeiro pároco de São Vicente, ou seu sucessor de então, Simão de Lucena.

Dois cartas, que se conservam, nos dão o relato contemporâneo do incidente. Uma de Pero Correia, outra de Diogo Jácome. Nenhum dêles presenciara o acontecimento. Ambos, porém, ouviram-lhe a narrativa dos companheiros do Abarébebê nessa excursão, a saber o Irmão Manuel de Chaves e o jovem Fernando. Procurarei sintetizar as duas versões.

Terminada a missa, saiu o sacerdote, indo diretamente ao encôntro de Ramalho em sua própria casa, onde quiçá estaria hospedado... Indignado, êste o repeliu:

“Não tivesse [mais] conta com êle!” “Melhor cristão era êle” [Ramalho] do que o padre, pois “fazia muito boas obras” (6):

(5). — Carta de São Vicente, MB, I, 498-499.

(6). — Carta de Pero Correia, de São Vicente, 8 de junho de 1551. MB, I, 222-233; Carta de Diogo Jácome, de São Vicente, junho de 1551. MB, I, 243-244.

E arrebatado pela ira, teria erguido o seu cajado contra o jesuíta. Embora homem de idade provecta, era “possante”, nos diz Pero Correia, confirmando a famosa assertiva de Tomé de Sousa:

“Não tem cã na cabeça nem no rosto e anda 9 léguas antes de jantar” (7).

Interveio nesse momento Isabel, pregando

“rijo e com mui grande fé, oferecendo-se a padecer de companhia com o padre, se cumprisse”.

Sobresteve Ramalho. Mas nessa altura saíram armados os dois filhos, que se haviam retirado com êle. Foi quando Leonardo Nunes, pondo-se de joelhos, se dispôs a receber o golpe. E’ claro que se renovou então a intervenção de Bartira e de outras pessôas, que teriam acorrido. O fato é que escapou ileso o missionário.

O exemplo de sua inteireza e humildade não deixou de fazer mossa no coração do velho pecador, ainda fiel às verdades cristãs. Ao incidente, contudo, se prende a acusação caluniosa dos ramalhistas contra os jesuítas de São Vicente, que obrigou a Nóbrega a requerer perante o vigário geral, de visita na Capitania, a mais completa devassa, de que resultou a inocência dos acusados.

Escrevendo a biografia de Leonardo Nunes, na sua **História da Companhia de Jesus no Brasil**, ou **Apontamentos do Padre José**, de 1596, recordou Anchieta o acontecido, omitindo ao que parece o nome de João Ramalho, para pôr em destaque as conseqüências finais e alviçareiras da atitude do primeiro Apóstolo de São Vicente: a conversão e morte cristã de quem por pouco não lhe tirara a vida.

Dêsse texto anchietano e da versão consignada no **Chronicon** de Polanco e na **Historia Societatis Jesu** de Orlandini, desdobrou Simão de Vasconcelos, e depois dêle Antônio Franco na **Imagem de Coimbra**, êsse único atentado em duas etapas, contra o Padre Nunes, em dois atentados inteiramente distintos, criando assim uma figura em duplicata e anônima, mas de história em tudo idêntica à de João Ramalho. E’ um desdobramento inverossímel. Corrigiremos, portanto, êsse êrro, com a maior vantagem para a memória dêsse nosso antepassado.

(7). — Vide nota n.º 3.

*

Voltemos, entretanto, novamente à ermida de Santo André, a êsse “toldo”, diríamos quase, a êsse

“tejupar armado por Deus no meio de suas criaturas”,

tabernaculum Dei cum hominibus (8). Sua mesma existência na vila da Borda do Campo, deveria ter persuadido eficazmente ao aventureiro alemão, de que apesar das aparências, prevalecia ali uma idéia cristã, por isso mesmo civilizadora.

Antes de nela officiar, teria procedido Leonardo Nunes, diante dos andreenses, explicando-lhes o sentido da bela cerimônia, à sua bênção litúrgica:

“Senhor Deus, a quem céu e terra não comportam — dizia o texto sagrado — e que todavia vos dignais possuir casa neste mundo, onde continuamente seja invocado o vosso nome, visitai, vô-lo pedimos, pelos merecimentos da SS. Virgem, de Santo André Apóstolo e de todos os Santos, êste lugar, enchendo-o com a serena presença da vossa misericórdia, e purificai-o, com a efusão de vossa graça, de tôda sordície, mantendo-o sempre ilibado; e já que coroastes a piedade de Davi com a diligência de Salomão, consenti em atender, por essa mesma providência, aos nossos desejos e que se apartem daqui todos os pecados...”.

Nela novamente celebraria dois anos depois o Padre Manuel da Nóbrega, quando visitou o Campo, procurando recompor as relações de amizade com o seu Guarda-mor... Numa carta célebre, inédita até 30 anos atrás, se referia ao mais antigo povoador de São Vicente, no qual e nos seus filhos contava ganhar valiosos instrumentos para a evangelização do gentio. Renovava com ela a tentativa de regularizar sua situação familiar:

“Se êste homem estiver em estado de graça, fará Nosso Senhor por meio dêle muito nesta terra, pois estando em pecado mortal por sua causa a sustentou até agora” (9).

Desde a fundação da Casa de Piratininga, até 1560, frequentemente transitavam por Santo André os jesuítas, já que por aí passava o caminho primitivo para o mar, antiga “trilha

(8). — Apoc., XXI, 3.

(9). — Carta do sertão de São Vicente, 31 de agôsto de 1553. MB, I, 524-525.

dos tupis”, até o esteiro de João Ramalho, junto à Piaçaguera atual.

A 15 de maio de 1555, desembarcava em São Vicente o Padre Luís da Grã, aguardado há muito ansiosamente por Nóbrega, que em Piratininga se dispunha naqueles dias a emprender viagem, em companhia de uns castelhanos da expedição de Sanabria, rumo ao Paraguai. De São Vicente lhe trouxe imediatamente a boa nova certo irmão ali destacado para isso. E' Anchieta quem o narra, em seus **Apontamentos**, na “Vida do Padre Manuel da Nóbrega”.

“Como Nosso Senhor ordenou que, no mesmo dia que estava para partir, lhe chegasse a nova, logo desistiu de tudo, até se ver com êle. E chegando-lhe o recado a Piratininga às 9 ou 10 horas antes do meio dia, logo no mesmo dia se partiu para o mar, sem querer deixar descansar o irmão que lho levava. E chegando a uma vila (Santo André) daí a três léguas a pousar, lhe mandou fazer a doutrina aos índios da terra. Ao dia seguinte andou mui grande e áspero caminho a pé e mais que pareciam consentir suas fôrças, e chegando quase à noite ao mar se embarcou em uma pequena canoa de casca, para passar umas três léguas que havia até à vila” (de São Vicente) (10).

Isto escreve Anchieta quarenta anos depois, em 1596. A minúcia da narrativa de cujas circunstâncias transcrevemos uma parte apenas, essa mesma aula de catecismo na língua tupi, tudo leva a crer que o companheiro de Nóbrega, que Anchieta não nomeia, foi exatamente o autor da narrativa.

Escorraçado poucos meses antes de Santo André sob ameaça de morte, não se acovardou Manuel da Nóbrega, nem êsse irmão seu companheiro, que ali não fôssem pousar ou omitissem sua atividade missionária. Triunfava apesar de tudo em Santo André a causa de Cristo, cuja presença simbólica ali continuava visivelmente naquela ermida, naquela cruz, naquele altar...

*

Mal situada, todavia, a vila mameluca iria desaparecer totalmente. E até o dia de hoje foi impossível assinalar com segurança êsse **campus ubi Troia fuit**. Uma outra igreja se vai tornar o ímã da população do planalto, nôvo núcleo de atração e fixação demográfica e fanal da luz evangélica a iluminar os novos “campos elísios” da gentilidade do Brasil.

(10). — *Cartas Jesuíticas (Anchieta)*, III, Rio de Janeiro, 1933, 479.

Foi com a chegada de Grã, escreve Anchieta, que se conseguiu, após laboriosa consulta, pôr de parte, provisoriamente ao menos, a “empresã do Paraguai” (11). Desistiu por então o voluntarioso Nóbrega do plano, assentado dois anos antes, de concentrar o principal esforço missionário dos jesuítas na conversão dos carijós, submetidos aos espanhóis de Assunção.

“Nisto — escreve o próprio Nóbrega (12) — chegou o Padre Luis da Grã, o qual desejei muito que fôsse [até Assunção], mas porque o achei de opinião contrária, **acquievi consilio ejus**, isto é, acabei aceitando a sua idéia”.

Meses depois, pelo fim dêsse mesmo ano de 1555, ficou igualmente decidido, em nova consulta, considerar juridicamente o domicílio dos jesuítas em Piratininga como um “Colégio da Companhia”, o Colégio de São Paulo. Consolidava-se a nova fundação.

Desde setembro de 1554, entretanto, se preparavam os irmãos, na frase de Anchieta, para dar início a uma nova moradia, que substituisse a “**paupercula domus**”, a cabana erguida por Tibiriçá. E’ quase certo que essa cabana se reservou daí por diante para as funções religiosas. Na **Quadrimestre** de maio a setembro, estendida depois até janeiro de 1555, se faz menção expressa dessa igreja (13).

Creemos que a resolução de levantar uma nova igreja de taipa coincide com o reconhecimento jurídico do Colégio. Como quer que fôsse, só em fins de 1556, na festa de Todos os Santos se inaugurou a sólida construção, dedicada ao Apóstolo São Paulo:

“O primeiro de novembro, escreve Anchieta, nos passamos e entramos com procissão em nossa igreja nova, feita com o trabalho dos irmãos, mormente com o suor do Padre Afonso Brás. E ao seguinte dia de finados trouxeram as mulheres suas ofertas à igreja como é costume dos cristãos” (14).

Ao lado da maciça estrutura de taipa de pilão, erguida no alto da colina de Inhapuambuçu, se alteava o campanário — talvez uma sineira apenas —, encimado pela galo tradicio-

(11). — S. Leite, SJ., *História da Companhia de Jesus no Brasil (HCJB)*, 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, 1938-1950, II, 180; I, 333, 337, 339, 342.

(12). — Carta da Bahia (Rio Vermelho), agosto de 1557. MB, II, 403. Cf. *ib.* 413.

(13). — Carta de Anchieta, São Vicente, fim de março de 1555. MB, II, 206.

(14). — Carta de Anchieta, Piratininga, fim de dezembro de 1556. MB, II, 315-316.

nal, saído da forja do Irmão Mateus Nogueira, o “ferreiro de Jesus”. Havia em tudo isso um profundo simbolismo!

Vigilante na escuridão noturna, divide as horas essa ave com seu cantar, desperta os que dormem, anuncia o dia que amanhece e a si mesma se excita, batendo as asas. A noite é o século presente, em que muitos dormem o sono do pecado. Dêste sono os devem despertar os pregoeiros da palavra divina, para que arrojem de si as ações tenebrosas e se revistam das armas da luz. Mas para isso é necessário que os pregadores corrijam os próprios costumes e ordenem sua própria vida, antes de empenhar-se na vigilância e esclarecimento do povo fiel!

Resultado contudo inteiramente imprevisto foi o que então se operou. Estimulados por seu nomadismo ancestral, encontraram os tupis de São Paulo mais um pretexto para sua debandada.

“Persuadiu-lhes agora uma diabólica imaginação — diz a carta de Anchieta de fins de abril de 1577 —, que esta igreja é feita para sua destruição” (15).

Encerrados nela e com ajuda dos portugueses, seriam trucidados os não batizados, e os já cristãos convertidos em escravos.

A fama da nova igreja corria todo o sertão. Bradava contra ela famigerado pajé, alvo da veneração dos selvagens. E ameaçava arrasá-la, quando regressasse da guerra aos seus contrários. Exemplo velho, mas não obsoleto, de como se levantam, perante as massas ignaras, falsos testemunhos contra a Igreja, acusando-a de ingerência em assuntos políticos, como é veso dos totalitários nossos contemporâneos, quando a querem destruir!

*

Restava uma oca tão sòmente em Piratininga. Mas em lugar dos que se foram (repovoando então antigas aldeias dos arredores), vieram outros catecúmenos. E também, atraídas pela assistência religiosa e cultural dos jesuítas, as primeiras famílias civilizadas. Verificava-se em São Paulo mais uma vez essa função indireta do culto religioso: a de ser um fator primordial de povoamento e de estabilidade social.

(15). — Carta de Anchieta, Piratininga, fim de abril de 1577. MB, II, 366.

Uma personalidade de relêvo em nossos fastos iniciais veio fixar aqui sua morada junto à Igreja do Colégio: Bartira ou Isabel Dias, a mãe dos filhos de João Ramalho. E' dela, sem dúvida, que se ocupa o seguinte trecho da **Imagem de Coimbra**, colhido por Antônio Franco nos já mencionados **Apontamentos** de Anchieta:

“Também Deus deu muito bom fim à índia, que fôra tropêço dêste homem. A qual, ainda que dêle tinha muitos filhos, logo nos primeiros avisos dos Padres se apartou do pecado, sem mais tornar a êle, pôsto que governava tôda a família, que era grande. Fazia continuas esmolas aos Nossos [expressão com que os jesuítas se referem aos seus confrades], freqüentemente se confessava. Chegando-se sua hora, muitos dias antes mandou fazer uma casa junto à nossa de Piratininga, para ali ser ajudada em seu espirito dos nossos padres, como foi, até que, cheia de boas obras, acabou seus dias” (16).

Pela carta de Anchieta, de 1 de junho de 1560, em que isto se narra como coisa recente, podemos colocar nos primeiros meses dêsse ano a morte de Bartira, assistida caridosamente pelo Padre Afonso Brás e o Irmão Gaspar Lourenço. Sepultouse, como então era de praxe, na Igreja do Colégio de São Paulo.

Exatamente por essa época, extinguiu Mem de Sá, chegado em princípio de abril a São Vicente, a Vila de Santo André, transferindo seus moradores, como aliás era o seu desêjo, para junto da Igreja de Piratininga. Se alguém relutou contra essa medida de alcance estratégico, religioso e social, teria sido João Ramalho e alguns de seus filhos, como já se podia prever.

Nem por isso perdia êle sua proeminência política, nomeado a seguir chefe militar, para a defesa de São Paulo. Durante o assalto de 9 e 10 de julho de 1562, dos índios do sertão contra a vila, foi nessa igreja que se recolheram as mulheres e crianças, enquanto Ramalho e sobretudo Tibiriçá dirigiam o combate. Anchieta que alertara aos moradores sôbre a intenção do ataque, dirigia as orações que se fizeram pela vitória de São Paulo.

Vitória de São Paulo e vitória da causa de Cristo, já que, no interior do Brasil, foi aqui, em São Paulo, nesta

(16). — Antônio Franco, **Imagem de Coimbra**, 2 vols., Évora-Coimbra, 1719, II, 197.

“famosa planta do Venerável José de Anchieta”, no dizer de José Barbosa de Sá, que “a Fé plantou seu primeiro padrão e arvorou seus estandartes” (17).

Até janeiro de 1565, quando se despede de Piratininga para acompanhar Estácio de Sá, expedição destinada à fundação do Rio de Janeiro, é nesta igreja que o Irmão José assiste diariamente à missa, eleva a Deus suas preces pelo Brasil, catequiza aos indígenas e aos filhos dos portugueses e serve por vezes de intérprete para as confissões na língua brasílica. Quiçá no seu vestibulo se representasse por essa época, pela primeira vez, sua **Pregação Universal**.

Mas já a 25 de janeiro de 1568, agora como sacerdote, subia êle ao púlpito da Igreja do Colégio e, tomando por tema as palavras dos **Atos dos Apóstolos**, “**Vas electionis est mihi iste**” (18), desenvolvia seu magnífico sermão da conversão de São Paulo. Transcorria nessa data o 14.º aniversário da povoação, de que fôra êle um dos fundadores, exatamente aquêle, que mais que nenhum outro se identificara com ela.

Estava-se em plena sazão das chuvas e das enchentes. Pouco depois, a 22 de abril de 1568, endereçava o Padre Baltasar Fernandes aos Padres e Irmãos de Portugal sua carta, em que assim descreve, sem nomear a pessoa de quem fala, a conversão de João Ramalho:

“Um homem branco, que há 60 anos está nesta terra entre êste gentio, que agora é quase de 100 anos... deu-lhe Deus de rosto com um acidente... Veio então um filho seu, que morava daqui uma légua, a dizer-nos que seu pai morrera. E suspeitando nós que não seria ainda morto, foram dois padres cêdo a correr, por águas que estavam pelo campo por onde se devia passar, por ser grande a cheia... Acudiu-lhe Deus com a confissão, que êle fêz boa, pondo-se em bom estado e comungando...; anda pôsto na verdade, esperando por sua hora, que cêdo lhe virá” (19).

*

Teria sido Anchieta — já que Baltasar Fernandes se exclui — um dêsses dois jesuítas a levar o socôrro da religião ao mo-

(17). — Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso, em Anais da Biblioteca Nacional, XXIII, 5.

(18). — AA., IX, 15.

(19). — Carta de Piratininga. MB, IV, 463.

ribundo? Bem poderia ser. Seu zêlo e sua caridade eram inexcedíveis, como incontestável a fama que deixou de formidável andarilho... Nesse caso, a reconciliação do empedernido pecador com Deus e com a Igreja, como um ano antes a conversão do herege francês da Guanabara, constituem as esplêndidas primícias de seu recente sacerdócio.

Por um decênio, de 1567 a 1577, exerce Anchieta o cargo de superior de todos os jesuítas da Capitania. Residindo em São Vicente, amiudavam-se contudo suas visitas a São Paulo. Aqui como lá era contínua sua pregação... No púlpito, no confessional, na escola e nos lares e até nas praças, — onde a mocidade entoava suas cantigas “ao divino”, ou se representavam suas peças teatrais, se expandia sua atividade benfazeja. Mas se dela se aproveitavam os colonos portugueses, era para os pobres índios, forros ou escravos, que êle reservava sua predileção.

De 1560, quando da transferência dos moradores de Santo André para São Paulo, datam as aldeias do padroado real, Pinheiros e São Miguel, que nesse ano se repovoaram das levas de catecúmenos ou neófitos, que deixaram Piratininga. Receberam desde então essas aldeias catequese regular por parte dos jesuítas. Já em 1568 possuíam casa nas aldeias os missionários. Entre essa data e o ano de 1580 — no ano em que deixa de ser superior, 1577, começa Anchieta seu longó provincialado — surgem duas novas igrejas no planalto: Nossa Senhora da Conceição dos Pinheiros e São Miguel de Ururai.

Com o tempo, provàvelmente com a fundação da nova aldeia de Conceição dos Guarulhos, por 1587, se mudou o orago da igreja de Pinheiros para Nossa Senhora do Rosário, para adotar finalmente, com a vinda para São Paulo do Governador Geral D. Francisco de Sousa, a invocação de Nossa Senhora de Monserrate, que até hoje perdura. A primitiva igreja de São Miguel, situada a princípio em lugar mais próximo de São Paulo, não é outrossim a que hoje ostenta em seu frontispício a data de 1622. Por essa época se mudaram para o lugar atual os índios de São Miguel.

Aos índios de uma e outra aldeia, concedia o Capitão-mor Jerônimo Leitão, naquele ano de 1580, extensas sesmarias, assegurando-lhes a liberdade e estimulando o cultivo da terra. No seu despacho, se refere elogiosamente ao requerimento conjunto, que lhe fôra apresentado em nome dêsses índios. Temos razões para crer que à iniciativa e ao próprio requerimento não

era estranho o provincial Anchieta, que nesse mesmo ano visitara a Capitania de São Vicente (20).

No desempenho de sua missão evangelizadora, promoviam os catequistas o avanço acelerado de nossos selvícolas pela estrada da civilização. Seguiam a mesma linha geral da evolução da humanidade que, do comunismo nômade e igualitário dos grupos tribais mais ou menos anárquicos — os “soviets” pré-históricos —, veio ter à formação das grandes sociedades nacionais democráticas, onde sob o regime estabilizador da propriedade e dentro da hierarquia natural das capacidades e do jôgo da livre iniciativa, se mantêm os estímulos do progresso, assegurado o respeito legal a todos os direitos, à dignidade e ao ideal de perfeição espiritual da pessoa humana.

Não eram retrógrados os missionários que ajudaram a construir o Brasil cristão, em que nascemos. Retrógrados, ou para usar de uma palavra de que êles abusam, autênticos **reacionários** são os que, em nossos dias, norteados por mitos e utopias, tentam nivelar na igualdade da miséria e na comum escravidão o povo, reduzido a **massa**, espoliado do direito de possuir, de livremente orientar a própria vida, de manifestar as próprias idéias e, se fôra possível, até de pensá-las.

A ocupação do interior pela influência cultural e o domínio militar dos colonizadores lusos se ia fortalecendo dia a dia. O ano de 1573 assinala um fato de primeira importância nos anais religiosos de nossa cidade. Não se julgara prudente até essa data, em face das ameaças do sertão, conservar as espécies eucarísticas na Igreja do Colégio. E foi nesse ano, ouvida sem dúvida nenhuma a opinião de Anchieta, que o Provincial Inácio Tolosa autorizou se guardasse permanentemente o SS. Sacramento no primeiro sacrário de São Paulo (21).

*

Vimos que, em seus **Apontamentos**, na “Vida do Padre Leonardo Nunes” mencionou Anchieta a morte cristã de certo homem longevo, que se desaviera outrora com o primeiro Apóstolo de São Vicente. Simão de Vasconcelos e Antônio Franco, que nomeiam adiante a João Ramalho, reproduzem o caso como se tratasse de outra pessoa. Em suas **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**, pretende Frei Gaspar da Madre de Deus identificar êsse homem com José

(20). — H. A. Viotti, SJ., Anchieta e o IV centenário de Pinheiros, in “Revista de História”, XLIX (1962), 27-55.

(21). — Gonçalves de Oliveira, Anual do Rio de Janeiro, em HCJB, II, 484.

Adorno. Nas exéquias dêste último se teria verificado assim o prodígio narrado na **Crônica da Companhia de Jesus** (22).

Acontece que Vasconcelos nessa **Crônica** esclarece que é Anchieta quem “faz menção desta maravilha”. Ora, Anchieta falece em 1597 e José Adorno, sabemos-lo hoje, vivia ainda em 1603 e terá falecido em 1605, oito anos depois da morte do Apóstolo do Brasil. Errou, portanto, Frei Gaspar. Três circunstâncias explícitas, o atrito com Leonardo Nunes, a idade de cento e tantos anos, que todos lhe atribuem, e a sua numerosa família, indigitam claramente a pessoa de João Ramalho.

O texto anchietano da **História da Companhia de Jesus**, de 1596, agora infelizmente extraviado, mas diligentemente aproveitado por Simão de Vasconcelos e reproduzido literalmente, ao que parece, por Antônio Franco, vem trazer à biografia de Ramalho, o seu fêcho de ouro. Completa-se, com êste remate histórico, a reabilitação cristã do Patriarca dos Bandeirantes. E avulta perante a nossa admiração a grandeza humana do primeiro paulista.

“Passados alguns anos — afirma o trecho da **Imagem de Coimbra**, que precede imediatamente a notícia da morte de Bartira —, deixou o seu pecado [antes de 1560, pelo que atrás ficou dito acêrca de Bartira], viveu muitos anos bem [desde a conversão em 1568 até 1580, ano em que firmou seu testamento], confessava-se amiúde com os padres [da Companhia] e veio a falecer de cento e tanto anos, com sinais de sua salvação. A cêra, que por duas horas ardera em seus funerais, quando se pesou para se pagar a diminuição [à Irmandade da Misericórdia], se achou ter o mesmo pêso” (23).

Se quem isto descreve é Anchieta, particularizando até as “duas horas”, que duraram os funerais, é porque ali estaria êle em pessoa, quiçá oficiando êle mesmo as exéquias de João Ramalho. A sepultura cristã do mais que centenário alcaide de Santo André na Igreja do Colégio de São Paulo se poderia considerar como o teste final da força regeneradora do Cristianismo, o mais belo triunfo apostólico dos jesuítas na Capitania de São Vicente e, para todos nós, a certeza consoladora de que as raízes de nossa raça estão abençoadas por Deus.

(22). — Op. cit., 158; cita **Crônica**, L. I, n. 76, p. 70.

(23). — Op. cit., t. II, 197.

Impossível não admirar, diante dêste epílogo, os misericordiosos e insondáveis desígnios da Providência. Ali naquele chão sagrado do Pátio do Colégio, foram novamente reunidos pela morte e dormem lado a lado o sono dos justos Bartira e João Ramalho. Dali, lado a lado, hão de ressurgir do pó, quando soar a trombeta do juízo final, para encarar face a face, serenamente, o olhar do Juiz supremo de todos nós!

*

Para se ter uma idéia da atmosfera religiosa que se respirava em São Paulo a essa altura, nada melhor que respigar as informações contidas em três Cartas ânuas — de 1581, 1583 e 1584 —, as três assinadas pelo Padre José de Anchieta, provincial do Brasil.

Dois sacerdotes apenas, coadjuvados por dois irmãos, trabalhavam até 1581 em Piratininga, informa a primeira dessas Anuas. Desempenhavam as funções de párocos. Atentai agora para estas palavras textuais:

“Tão pacífica e cordata é a índole dêsses povoadores [da marinha e do planalto], que teem aos Nossos em lugar de pais e a êles acodem como a seguro refúgio de sua salvação, freqüentando os sacramentos da confissão e da comunhão e ouvindo assiduamente as pregações”.

E acrescenta:

“Se pela distância, como acontece em muitos casos, não podem comparecer, procuram-nos os Nossos, a êles e a seus escravos, confortando-os com suas conversas particulares, retemperando-os com as coisas do céu e dispondo aos já fervorosos a correr... Cuidam também de duas aldeias de índios [Pinheiros e São Miguel], afeiçoando-os à prática dos mandamentos da Igreja e exercendo... as demais ocupações com tôda diligência” (24).

Não esqueçamos que na Casa de São Paulo prosseguia ininterrupta a escola para a educação dos meninos em letras e virtude. Tão exaustivo era o trabalho dos missionários destacados em Piratininga, que antes de 1583 aqui colocou o Provincial Anchieta mais dois sacerdotes da Companhia. A Ânua de 1583 exalta a generosidade, com que os paulistanos proviam à sustentação dos jesuítas e enriqueciam de alfaia a sua igreja.

E nos traz ainda esta estupenda novidade:

(24). — Bahia, 1 de janeiro de 1582. ARSI, Bras. Hist., 62, 5v.

“Foi criada, êste ano, para incremento da piedade, a célebre confraria do Rosário”.

Inaugurou-se com missa solene e música de várias vozes...”.

“Seguiu-se uma devota procissão rogatória do povo, na qual todos levavam... sua corôa de rosas bentas (que só aqui florescem) e de outras flôres, carregando o sacerdote, sob o pálio de sêda, a imagem da Virgem Mãe, enastada igualmente de rosas vermelhas” (25).

Não cabe aqui analisar como e por que, no século seguinte puderam os paulistas ser pintados — os terríveis mamelucos! — como homens ímpios e cruéis, nem sublinhar a paixão, com que até certo ponto foram carregadas as tintas dêsse quadro... Mas o que dêste documento se colige é que, nos fins do século XVI, praticavam dessa forma os nossos maiores, com músicas e flôres, a religião que Anchieta lhes ensinara!

A Ânuia de 1584 especifica mais acêrca dos paulistas: “Tão dóceis” se mostravam êles para com seus guias espirituais, “que não há mister mais que um aceno”. Mais uma vez se acentua nessa Ânuia a superabundância das esmolas. Dêsse documento e do anterior se infere que, entre 1583 e 1584, foram administrados em São Paulo, 387 batismos. E a freqüência dos sacramentos dificilmente podia ser maior (26). Confere em tudo com êstes dados a imagem que de São Paulo nos deixou Cardim, em sua **Narrativa epistolar**.

Não é de estranhar, portanto, que daí por diante as igrejas se multiplicassem. De 1580 é a fundação da Capela de Nossa Senhora da Luz. Fundadores seus foram Domingos Luís, o Carvoeiro, e sua espôsa, bisneta de João Ramalho, Ana Camacho. Edificada a princípio no Ipiranga, trasladou-se anos depois para o bairro do Guaré, hoje da Luz, anteriormente ao ano de 1598 (27).

(25). — Bahia, 1 de janeiro de 1584. ARSI, Bras. 8, fls. 3-7v.

(26). — Páginas omitidas na chamada Breve relação das coisas relativas aos Colégios... no ano de 1584. No ARSI tal documento foi classificado nas Epp. NN., 95, com a lacuna de uma fôlha, entre 118v-119, fôlha que se trasapelou e está classificada (lugar certo para o documento) em Bras., 8, 6-6v, numeração aliás invertida. Cf. a êsse propósito S. Leite, HCJB, VIII, 30.

(27). — A data de 1580 para a Capela de Nossa Senhora da Luz é a que se extrai do documento autêntico, transcrito no livro I do Tombo da Sé, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, pp. 15v-16, a saber a Escritura de obrigação e compromisso, mês de janeiro, que fazem Domingos Luís e sua mulher, de doação de terreno, onde pretendem construir uma capela. Quanto à carta de Anchieta de 15 de novembro de 1579 (Carta do Café), v. J. G. Moraes Filho, Um suposto autógrafo de Anchieta, em Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. CLI.

Desde 1592, existia na vila outra igreja, a ermida de Santo Antônio, de que, nesse ano, faz menção o testamento de Afonso Sardinha. Sob a mesma invocação de Santo Antônio, construirá Brás Cubas outra ermida, em sua fazenda do Piquerí. Haveria qualquer ligação entre ambas? As opiniões divergem... (28).

Nesse ano de 1592 parece ter começado a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com a vinda para São Paulo, do primeiro frade carmelita, Frei Antônio Pinheiro. Com a sua vinda e a criação da paróquia um ano antes, já não seria exclusiva a influência dos jesuítas na formação das novas gerações paulistas. De 1594 é a última visita de Anchieta a Piratininga...

Anos depois, no antigo local da taba de Tibiriçá, levantava uma primeira ermida consagrada a São Bento o antigo aluno de Anchieta em São Vicente, Simão Luís, filho do pedreiro Antônio Luís, que com Anchieta partilhara as agruras de Iperuí. Como leigo beneditino adotara o nome de Frei Mauro Teixeira. E' de 1598 essa ermida de São Bento (29).

E após essas igrejas, surgiram outras, muitas outras... A exposição de aquarelas das antigas igrejas de São Paulo, iniciativa magnífica do Dr. Antônio Freire Júnior, como presidente da **Sociedade dos Amigos do Guarujá**, secundado pela inegável perícia desse mestre aquarelista, que é Otávio Melo, se destina a reconstituir ante os nossos olhos maravilhados, em mais de 50 painéis, êsse glorioso passado cristão de São Paulo, oferecendo verdadeiras surpresas...

*

Não poderei ocupar-me de tôdas elas. Limitei-me às do século de Anchieta. Mas não posso omitir por isso mesmo uma sumária referência acêrca de nossa primeira matriz, origem que foi da Catedral de São Paulo. Longo seria traçar-lhe a morosa trajetória.

A instância dos jesuítas que, pelo seu Instituto, só excepcionalmente podem exercer função de párocos (o que se dá quase sempre em território de missões), — desde 1576, época da

(28). — Leonardo Arroio, *Igrejas de São Paulo*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1954, 23-39 (Igreja de Nossa Senhora da Luz), 43-53 (Igreja de Santo Antônio). Em nota a opinião de Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo.

(29). — Leonardo Arroio, *op. cit.*, 81-96 (Igreja do Carmo), 97-112 (Igreja de São Bento). Sôbre a identificação de Frei Mauro Teixeira, v. seu depoimento no *Processo Informativo do Rio de Janeiro para a beatificação de Anchieta*, que publicamos no *Correio Paulistano* de 2 de novembro de 1953.

criação da Prelasia do Rio de Janeiro, se começou a cogitar na criação da paróquia e na construção da matriz de São Paulo. Em 1591, finalmente, era nomeado o primeiro pároco de Piratininga, Padre Lourenço Dias Machado, natural de São Vicente, antigo aluno dos jesuítas.

Não existindo ainda a matriz, exerceu o **munus** paroquial na Igreja de São Paulo, isto é, do Colégio. Desde 1588 a preocupação de uma igreja matriz para São Paulo começa a manifestar-se nas **Atas da Câmara**. E até 1612 se vão refletindo em suas páginas as vicissitudes da construção do templo paroquial. Quase um quarto de século persistiu o esforço dos paulistanos, cobrando fintas e contratando mestres de obras.

Em 1611, esperando-se a inauguração para breve, solicitou o Prelado administrador do Rio de Janeiro, Mateus da Costa Aborim, aos jesuítas a cessão do orago de sua igreja — São Paulo —, para titular da nova matriz. Nesse ano passou a Igreja do Colégio para sua nova invocação de Santo Inácio.

A gloriosa história de Portugal se poderia reconstituir, nos seus momentos culminantes, pela história de alguns de seus monumentos religiosos. Alcobaça, por exemplo, com o seu templo gótico, relembra a criação do Reino por Afonso Henriques, fundador desse mosteiro. A consolidação da independência do país, na vitória de Aljubarrota, está perpetuada no famoso Mosteiro da Batalha. E a gesta heróica dos descobrimentos foi rendilhada em pedra na Igreja de Belém e no Mosteiro dos Jerônimos.

A história de São Paulo, na sua vertiginosa expansão econômica e demográfica neste século XX, se vai eternizar na sua Catedral, como queria seu primeiro arcebispo, D. Duarte Leopoldo e Silva.

“Os templos — ensinava êle, em alocução dirigida à Comissão executiva, que no Palácio São Luís se instalava, a 12 de janeiro de 1912 — os templos se edificam mais para os homens do que para Deus”. “Queremos uma catedral que seja uma escola de arte e um estímulo a pensamentos mais nobres, mais elevados”.

“Saibam os paulistas de amanhã — declarava ainda — que a fibra do bandeirante, lutador e intemorato nas asperezas das selvas, não se enfraqueceu nos confortos da vida moderna, como não se entibiou sua fé nos esplendores das ciências e da civilização. Por uma lei histórica e fatal, São Paulo há de sempre caminhar na vanguarda, tem a cumprir uma grande missão política e social e a

sua hegemonia civil e religiosa já não pode ser contestada. Pois bem, o monumento artístico e religioso, que breve se há de erguer na colina do venerando Padre Anchieta, há de ser o sêlo dessa imensa e poderosa grandeza, e eu me ponho à frente dêsse tentamen, com o ardor de minha fé cristã e com todo o entusiasmo de minha alma de paulista"! (30).

Aí está hoje a nossa Catedral, inaugurada no IV Centenário da Fundação de São Paulo, simbolizando a pujança do nosso assombroso desenvolvimento em todos os setores do progresso humano. Outras igrejas representarão outras fases, ou outras faces da história dêste São Paulo, "que não pode parar". São Bento, por exemplo, nos recorda a epopéia de Fernão Dias Pais, no desbravamento das Minas Gerais.

Mas onde está, pergunto, o templo que nos fale dêsse longínquo passado, de que em rápidas e toscas pinceladas vos deixei entrever a grandeza moral? E eu vos respondo, confiante na vossa sensibilidade de paulistas e no sentimento de legítimo orgulho de nossas origens cristãs e bandeirantes: o templo votivo da história primeva de São Paulo será a restaurada Igreja do Pátio do Colégio!

São Paulo, 19 de março de 1964.

Pe. HÉLIO ABRANCHES VIOTTI, S. J.

Professor Catedrático de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Friburgo (R. J.) e da Sociedade de Estudos Históricos.

(30). — Hélio Damante, *Pequena história da Catedral de São Paulo* (1954), 5.